QUESTÃO REGIONAL E SEUS REFLEXOS NA DESIGUALDADE SOCIAL ECONÔMICA BRASILEIRA

Abraão Neiver de Miranda Azevedo[1]

RESUMO
O presente trabalho busca compreender a Questão Regional e suas relações com o processo de desigualdade social e econômica, presente nas regiões brasileiras. O estudo foi realizado a partir da pesquisa bibliográfica que culminou na dissertação de mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. O trabalho é composto de três fases, sendo primeiramente tratado o conceito de Questão Regional, após este percurso é realizado uma análise sobre as relações históricas de desigualdade entre regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas, e por último, busca-se compreender como ocorre a fragmentação nacional a partir da internacionalização das relações econômicas e produtivas.
Palavras-chave: Questão Regional. Desigualdade Regional. Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT
The present work seeks to understand the Regional Question and its relations with the process of social and economic inequality present in Brazilian regions. The study was carried out from the bibliographical research that culminated in the Master's thesis in Sociospatial and Regional Development by the State University of Maranhão - UEMA. The work is composed of three phases, being first treated the concept of Regional Question, after this journey, an analysis is carried out on the historical relations of inequality between developed and underdeveloped regions, and finally, it seeks to understand how national fragmentation occurs from the internationalization of economic and productive relations.
Keywords: Regional Question. Regional Inequality. Regional development.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho retrata de forma sucinta as ideias dos principais autores que se propuseram ao estudo da chamada Questão Regional. Dessa forma, apresenta-se como base para a discussão autores como Francisco de Oliveira (1993), Tânia Barcelar de Araújo (1997) e Carlos Bernardo Vainer (2007), dentre outros.

[1] Instituto Federal do Maranhão. Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela UEMA; abraaonmazevedo@gmail.com.

Cabe, portanto, iniciar este estudo, buscando contextualizar como se desenvolveu o problema da Questão Regional no Brasil. Sabe-se que o desequilíbrio regional vem de longo processo histórico, demarcado por indução do grande capital pelos mecanismos de mercado aliados às estratégias de políticas oligárquicas a nível local, nacional e internacional.

2 CONCEITUANDO A QUESTÃO REGIONAL

A realidade brasileira foi sendo transformada ao longo do século XX, ocasionando mudanças bruscas no cenário nacional. Considerando os autores da chamada *Questão Regional*, demarcamos os principais aportes teóricos que ilustraram essas análises em termos de continuidade e ruptura no período examinado.

Para melhor compreensão da Questão Regional, deve-se, pois, perceber, sua relação com a Economia Regional. Antes, porém, a Economia Regional deve ser percebida dentro do aspecto teórico-conceitual, como forma de ampliar holisticamente o entendimento do que seria a Questão Regional.

Ferreira (1989) apontando o pensamento de Dubey, nos informa que se trata do estudo da diferenciação e inter-relação de regiões num universo em que os recursos são distribuídos desigualmente, de forma imperfeitamente móvel, “com ênfase na aplicação do planejamento dos investimentos em capital social básico, para mitigar os problemas sociais criados por essa circunstância” (FERREIRA, 1989, p. 48), além do que, a desigualdade regional está vinculada ao processo de integração regional, a qual terá por conseqüência a construção de projetos políticos voltados para a formação de *ilhas de prosperidade* (ARAÚJO, 1997), de Grandes Projetos de Investimentos (GPIs) e demais vetores de fragmentação (VAINER, 2007), de lutas pelo domínio de determinados territórios por oligarquias locais, com forte predominância do Estado como forma de incentivar essa unificação territorial nacional (OLIVEIRA, 1993).

De acordo com o pensamento de Oliveira (1993) a questão regional “é, antes de tudo e sobretudo, o caso de uma unidade nacional mal resolvida” porquê “no fundo a Questão Regional tipicamente brasileira jaz uma questão agrária irresoluta, de par

com a do mercado de força de trabalho". Explica que a sua gênese "está em uma nova forma de produção de mercadorias" (OLIVEIRA, 1993, p. 45). Essa nova forma, reflete, por sua vez, a nova forma de acumulação de capital, a qual aumenta as diferenças regionais, que de acordo com Araújo (1997), "as heterogeneidades internas às macrorregiões não diminuíam". Estas desigualdades tenderam a se ampliar, nos anos setenta e oitenta, na qual a "prioridade era a da integração do mercado interno nacional e a consolidação da integração físico-territorial do país – objetivo importante dos governos militares" (ARAÚJO, 1997, p. 1071).

Historicamente, a unidade nacional foi alvo de acordos entre uma burguesia nascente e a burocracia imperial, que, através desse modelo político de alianças buscaram constituir bases sólidas para uma forma de unificação territorial. A burguesia nascente juntamente com a burocracia imperial tiveram, e porque não dizer que, excetuado suas diferenças atuais, ainda têm pretensões hegemônicas, "representadas pelas nascentes oligárquicas regionais e locais" (OLIVEIRA, 1993, p. 46). Essas relações irão repercutir no desenvolvimento de uma economia vinculada à produção de insumos ligadas a determinadas regiões para abastecimento do mercado interno.

3 A DESIGUALDADE NO CONTEXTO HISTÓRICO REGIONAL

Após a expansão do café com mão-de-obra escrava, o Rio de Janeiro se tornou o principal abastecedor do mercado interno, e após o livre assalariamento "introduz-se uma competição no mundo do trabalho pelos postos mais baixos, antes reservados apenas para negros, agora disputados entre brancos imigrantes e negros" (OLIVEIRA, 1993, p. 48). As raízes mais profundas das diferenças apontadas pelo *separatismo* entre ricos e pobres estão no fato de as elites e classes médias abastadas se localizarem no Sul e Sudeste, enquanto imigrantes provindos do Nordeste eram investidos em mão-de-obra barata.

Como explica Araújo (1997), após o primeiro movimento de ocupação rumo Sul e Sudeste, nos anos 40 e 50 haverá um "modesto movimento de desconcentração" que alcançará o Centro-Oeste, Norte e parte Oeste do Nordeste. É, ainda, nos anos

50 que o Brasil "esteve perto da construção de uma unidade nacional forjada pela hegemonia paulista" (OLIVEIRA, 1993, p. 53).

Nos anos 70, na medida em que havia uma integração nacional a indústria buscava novas localizações, "desenvolvendo-se em vários locais das regiões menos desenvolvidas do país, especialmente nas áreas metropolitanas" (ARAÚJO, 1997, p. 1070). É, também, nos anos 70 que ocorre no Brasil uma intenção governamental de adoção de meios para o ordenamento territorial e a redução de desigualdades regionais, contudo, com a desmontagem de aparatos institucionais. Esse processo transformou o território em seu aspecto cultural, econômico, político e social e o submeteram às lógicas e dinâmicas da expansão do capitalismo periférico e dependente (VAINER, 2007).

Importante ressaltar que o processo de industrialização foi sistematicamente organizado de forma induzida após a primeira metade do século XX, e que, antes disso, mais especificamente anterior a 1930, não houve um processo de industrialização. Cano (1985) nos demonstra que a economia até esse período tem marcas excessivamente pré-capitalistas, reflexo do capital-cafeeiro, e que o processo de industrialização foi induzido pelo setor exportador. Houve uma industrialização restringida entre 1933 a 1955.

São muitas desigualdades existentes no país até a chegada do processo de industrialização mais precisa no século XX. A região da Amazônia permanece até a "segunda metade do século XIX como economia de extrativismo, de baixa produtividade e de quase nenhuma integração com o restante do território nacional" (CANO, 1985, p. 54).

O complexo nordestino caracterizado pela atividade escravista no século XVII e XVIII enfrentou a profunda crise do açúcar, chegando ao século XIX como produto marginal no mercado internacional. Destacou-se também a produção de algodão, identificado como "cultura de pobres" por se tratar de um insumo marginal e barato no mercado internacional, do qual, encontrou como principais concorrente o algodão egípcio e asiático em fins do século XVII. Contudo, o algodão tornou-se o produto primário que mais intensificou os avanços do Nordeste rumo à integração com as regiões mais industrializadas do país. As influências da Revolução Industrial no

parque fabril têxtil, com o desenvolvimento do tear mecânico, fortaleceu a relação do Nordeste, excluído o Maranhão, com os centros industriais de transformação do algodão. Como nos demonstra Leonardo Guimarães Neto (1989), em 1915, o Nordeste, sem contar com o Maranhão, possuía 47 fábricas de fiação de algodão, com destaque para a região de Pernambuco, que contava a média de 1.030 operários por fábrica. Os reflexos disso era que o Maranhão se tornava o principal produtor e exportador dos insumos para o abastecimento das fábricas têxteis do Nordeste.

Outra importante questão a ser analisada, é a queda do preço do algodão no mercado internacional. A concorrência no mercado internacional, e a precariedade do preço do insumo primário do algodão, contribui para o abastecimento do mercado interno, como forma de incentivar a continuidade da produção, causando a dependência, inicialmente, do Maranhão, que decresceu em anos posteriores em relação a outras regiões do Nordeste. Isso se remeteu a um mercado de trabalho precário e deficiente, e mesmo na passagem do século XIX para o XX, o Nordeste apresentou uma economia dependente das relações de produção pré-capitalista.

Devido as débeis relações capitalistas de produção com o açúcar e o algodão como produtos principais, tendo preços marginalizados no mercado internacional e dependentes da economia interna, a grande propriedade da terra extremamente concentrada, contribuíram para que que o Nordeste tivesse baixíssimo desempenho. Nele concentrava-se 40% da população nacional, e sua produção industrial representava apenas 10% em 1939. Importante lembrar que após a crise de 1929 o Nordeste passou a ficar totalmente voltado a economia interna (CANO, 1985).

A região Sul, no início do século XX, detinha a concentração de 10% da população do país, e no aspecto da produção industrial era liderada pelo Rio Grande do Sul com 13,5%. Contudo, a diversificação industrial era pouca em relação ao Sudeste, com destaque para São Paulo. A relação entre Sul e Sudeste, ironicamente ao ocorrido no Nordeste, foi estimulada mais intensamente após a crise de 1929, quando, por exemplo, a banha e a lã produzida no Sul apresentaram desempenho maior no quadro de exportação para o Sudeste à medida que se expande a indústria de óleos vegetais e fibras sintéticas em São Paulo (CANO, 1985).

Após se perceber o que Neto (1989) irá chamar de “isolamento relativo”, referindo-se às regiões de produção de insumos primários, visando o abastecimento do mercado internacional, ocorridos em todas as regiões do país em consonância ao percurso histórico de colonização, o período posterior será o de “integração comercial”. Ou seja, enquanto o Nordeste vivia o auge da exportação de açúcar e algodão, para o mercado internacional, herança da produção extensiva escrava da era feudal, portanto com relações pré-capitalistas, vivia também no isolamento relativo. Esse percurso teórico se sustenta quando se analisa as demais regiões do país. O Sul com a pecuária e a grande exportação de vinhos, o Sudeste e Centro-Oeste com a produção e exportação do café compartilham do mesmo resultado.

Após a crise de 1929, todos os mercados voltam-se mais a questão comercial interna, daí a passagem do “isolamento relativo” para a “articulação comercial”. Ou seja, os Estados iniciam formas de relações de produção dependentes da fase de expansão comercial.

Com a intenção do governo em instalar indústrias de base após 1930, o país passa a compor um cenário de grandes transformações. Irá existir um direcionamento de decisões políticas governamentais a grandes investimentos em regiões já identificadas como centros produtores, com destaque para o Sul e Sudeste, que concentraram grandes parques industriais, em detrimento de outras regiões que ficaram subjugadas à produção de insumos primários.

A industrialização das regiões Sul e Sudeste competiram para criar vínculos de “integração produtiva” com outras regiões. O Nordeste foi integrado quando a produção de açúcar e algodão se voltaram para o abastecimento do mercado interno, contudo, de forma insipiente.

O crescimento industrial na região Sudeste, com destaque para São Paulo, configurou novo rumo para a integração produtiva. Entre 1905 a 1913, São Paulo se tornou mais diversificado devido ao desenvolvimento do capital industrial na região, transformando as relações de produção e consolidando uma determinada hegemonia na transferência de produtos para o mercado interno nacional, ainda que em meio à crise nacional e internacional ocasionadas pela Primeira Guerra Mundial (CANO, 1985).

Com os avanços da economia paulista, a periferia regional continuou a crescer, contudo, na dependência que trouxe os vínculos regionais à própria economia paulista. O Centro-Oeste comandado por Minas Gerais, "ampliava sua integração com suas exportações de gêneros alimentícios e gado vivo para o mercado interno e, principalmente, de seus produtos metalúrgicos primários" (CANO, 1985, p. 70), tornando-se um grande polo produtivo e exportador após São Paulo.

A expansão da industrialização dos grandes centros ganhou força, e mais especificamente a partir de 1950 houve o redesenho da estrutura regional. Os Grandes Projetos de Investimento (GPIs) irão reconfigurar o desenvolvimento regional do país. Isso constituirá, nos anos 60 e 70, numa interminável disputa entre estados e municípios para atrair capitais. Importante saber que "os GPIs conformavam, ou pelo menos contribuíram para fortemente conformar, um espaço nacional integrado – profundamente desigual mais integrado" (VAINER, 2007).

4 A FRAGMENTAÇÃO NACIONAL E A INTERNACIONALIZAÇÃO ECONÔMICA

Nos anos 80 a instalação da crise econômica generalizada ocasionou a busca pelo ajuste estrutural, caracterizada pela adesão das diretrizes do Consenso de Washington, nesse sentido, a solução governamental foi buscar orientações e recursos junto ao FMI, o qual influenciou os ajustes da política monetária. Governos foram orientados por esta conjuntura e conseqüentemente, com a Constituição de 1988 e a consolidação do livre assalariamento, as relações entre os entes federados foram duramente afetadas pela criação e contribuição de taxas que, "escapando ao conceito de receita tributária, não são obrigatoriamente distribuídas conforme as regras federativas e vinculações constitucionais" (VAINER, 2007, p.13). O direito ao retorno e redistribuição de recursos em favor de estados e municípios acabou sendo driblado por questões que promoveram crescente concentração de recursos nas mãos da União.

É no século XX que acontece o que Araújo (1999) chama de tendência antiga, quando se refere ao aspecto da internacionalização do capital e dos fluxos mercantis

à internacionalização produtiva, em especial a financeira, ou seja, tudo isso resume-se ao processo de *globalização*.

Após o processo de globalização, segue-se a tendência da *reestruturação produtiva*, o que caracteriza um momento histórico de evolução tecnológica do processo de produção, com especial destaque à microeletrônica, que transformará a forma de como se produz e organizará a cadeia produtiva de forma a criar condições para a *produção flexível* para regime de capital de acumulação flexível. Esta tendência desencadeará a criação de grandes blocos econômicos com a intenção de integrar, cada vez mais, sua produção nos espaços competitivos (ARAÚJO, 1999).

Nos anos 90 aparecem a abertura comercial ao capital internacional, a desnacionalização do sistema bancário, a redução do imposto sobre importações, com grande destaque para os reflexos negativos apresentados pela região Nordeste, a qual não gozava das mesmas condições das regiões Sul e Sudeste. Também, a adoção de mecanismos para a contínua financeirização da riqueza e o capital internacional como fator de desenvolvimento econômico das regiões se tornam preponderantes (ARAÚJO, 2005).

Para compor o quadro dinamizador dos problemas enfrentados no Brasil, somam-se a crise do setor público, o qual sofre as ingerências da acumulação da dívida pública, através da venda de títulos que se expressão como negócios financeiros de alta lucratividade, bem como a variação das taxas de câmbio e juros autos. A dívida do setor público é, de fato, histórica, e desde a década de 70 a 90 se tornou a grande depressão que consumiu a recursos da União e, gradativamente, a um médio prazo, causou efeitos devastadores para as contas estaduais e municipais.

É nesse sentido que Araújo (2005) faz a afirmação que, “endividado, o Estado brasileiro é hoje refém dos seus credores e muda a natureza de sua presença na cena nacional” (ARAÚJO, 2005, p. 226), ou seja, o Estado se tornou o patrocinador da acumulação dos agentes econômicos na esfera financeira, o que determina as distorções da economia brasileira, inclusive das iniciativas produtivas, que por existir grande distanciamento do segmento financeiro em relação ao econômico, apresentam grave ameaça a sustentação de negócios produtivos de base econômica. Como

afirma a autora, “vai bem, quem vai bem na esfera financeira” (ARAÚJO, 2005, p. 226).

5 CONCLUSÃO

Considerando o diálogo com autores da Questão Regional, a partir do percurso teórico-metodológico proposto, pôde-se perceber que o processo de análise percorre o campo histórico e econômico sob a ótica do desenvolvimento regional de forma desigual. Ainda, este processo se constituiu a partir de relações capitalistas e pré-capitalistas, e de relações de capital entre regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas. Em determinados períodos, o processo de desenvolvimento desigual aparece com a internacionalização da produção, de expansão e declínio econômico e social entre regiões. Também demarca uma trajetória histórica do capital, engendrado por interesses oligárquicos regionais, nacionais e internacionais, com uso dos aparelhos estatais para a busca de consolidação desses interesses.

Por tudo que foi dito, podemos concluir lembrando os estudos mais relevantes de Neto (1989), o qual traçou as bases teóricas e históricas para a compreensão do desenvolvimento econômico brasileiro. Este, iniciou, sobretudo, com a percepção do isolamento relativo das regiões, com vista ao suprimento de uma demanda externa, consolidando o que se chama de “arquipélago de regiões”. Esse período foi demarcado pela atividade pré-capitalista, de extrativismo e cultivo de produtos primários para exportação, principalmente com destaque para o Nordeste. Após, tivemos um período de articulação comercial interna, quando houve uma relação entre as produções dos estados para o abastecimento das indústrias localizadas no Sul e Sudeste do país, com a finalidade de exportação. E, por fim, a integração produtiva, a qual foi demarcada pela transferência de capital produtivo, transformando a configuração de regiões do país, mesmo as mais afetadas pelo atraso econômico. Este período foi induzido pelo Estado através da criação de Grandes Projetos de Investimento, componentes de grande atrativo de capital produtivo e demais formas de capital.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tânia Barcelar de. Dinâmica regional brasileira e integração competitiva. In: Anais da AMPUR, Sétimo Encontro Nacional, pp. 1070-1110. Recife, PE: 1997.

ARAÚJO, Tânia Barcelar de. Celso Furtado, o Nordeste e a Construção do Brasil. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.

NETO, Leonardo Guimarães. Introdução à Formação Econômica do Nordeste. Recife, PE: Editora Massangana, 1989.

CANO, Wilson. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970. Campinas, SP: Global Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1985.

FERREIRA, Carlos Maurício de C. Espaço, Regiões e Economia Regional. 1989

OLIVEIRA. Francisco de. A questão regional: a hegemonia inacabada. 1993

VAINER, Carlos Bernardo. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. R. B. Estudos Urbanos e Regionais, v. 9. n. 1. mai/2007.